

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

REQUERIMIENTO N° , DE 2014

CPMI-PETRO

Requerimento Nº 138/14

Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com OAS entre os anos de 2005 a 2014, e de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, RICD, combinado com o artigo 58, §3º da Constituição Federal, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com OAS entre os anos de 2005 a 2014, e de seus respectivos aditivos.

JUSTIFICAÇÃO

Entre os documentos que serviram de base para a prisão de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, há planilhas com registros de pagamentos de grandes empreiteiras brasileiras a empresas de fachada pertencentes a Alberto Youssef, doleiro que se encontra preso sob a acusação de integrar, juntamente com Paulo Roberto Costa, uma quadrilha acusada de desvio e lavagem de recursos públicos da ordem de R\$ 10 bilhões.

Suspeita-se que parte desses recursos tenha sido desviada da Petrobras por meio do superfaturamento de contratos firmados com a OAS,

Leandro Augusto Cunha Bueno
Técnico Legislativo
Matr. 232.868

Matr. 232.600
28/08/14 15:00

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

presunção que se fundamenta em menções feitas, nas referidas planilhas, a pagamentos escusos efetuados por essa empresa.

Assim, solicitamos cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com OAS entre os anos de 2005 a 2014, e de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica, a fim de aferir a extensão dos atos que supostamente lesaram o patrimônio da maior empresa brasileira.

Para tal pedimos o apoio dos nobres pares com vistas à aprovação do presente requerimento.

Sala das Reuniões, em de de 2014.


Deputado Rubens Bueno
PPS/PR